

Alta da Libor pressiona o Brasil

País pode recorrer a dinheiro novo para cobrir encargo da dívida

O diretor para assuntos da dívida externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, manifestou ontem preocupação quanto às pressões da política monetária norte-americana sobre as taxas de juros internacionais e, em consequência, os encargos da dívida brasileira. A alta dos juros internacionais e também dos preços do petróleo importado aumenta a necessidade brasileira de dinheiro novo, estimada pelo Banco Central, no mês passado, em US\$ 8,56 bilhões, para US\$ 9,4 bilhões.

Os juros do euromercado (Libor) atingiram o nível de 7,9375 por cento ao ano, contra 6,19 por cento na média de janeiro. A Libor serve de referencial para 50,4 por cento da dívida brasileira de médio e longo prazos de US\$ 101,54 bilhões, existente ao final de 1986. Na última projeção do balanço de pagamentos, o Banco Central estimou pagamentos devidos de US\$ 9

bilhões de juros da dívida, com base na previsão de Libor média para o ano de 6,5 por cento.

A elevação da Libor tem efeito retardado de seis meses. Por exemplo, a taxa ajustada contratualmente ontem só será revista depois de seis meses e fica imune à eventual oscilação de hoje até 22 de novembro. Assim, a tendência altista da Libor, iniciada em março último, só exercerá impacto no último quadrimestre do ano.

Caso a Libor média incidente sobre 50,4 por cento da dívida brasileira venha a ficar em 7,5 por cento ao longo deste ano — 1 por cento acima do projetado — os juros devidos sofrerão acréscimo de US\$ 500 milhões e passarão para US\$ 9,5 bilhões. Essa hipótese não é descartada mesmo pelo Banco Central. Ao analisar o comportamento dos juros internacionais em abril, o Banco Central, registrou, em seu informa-

tivo mensal, que a oscilação de 7,5 por cento para 7,75 por cento ao ano da **prime** — taxas preferenciais dos bancos norte-americanos — no dia 1º do mês passado, poderia apenas sinalizar uma nova tendência de alta do custo do dinheiro no mercado externo.

“Com a forte tendência de desvalorização do dólar, crescem as perspectivas quanto a uma política monetária mais restritiva por parte do Federal Reserve (o baixo central dos Estados Unidos), o que poderá significar maiores pressões sobre as taxas de juros” — apontou o Banco Central. Para azar do Brasil, a previsão foi confirmada e, desde o último dia 15, a **prime** permanece em 8,25 por cento ao ano e a Libor beira os 8 por cento.

O comportamento dos preços internacionais do petróleo também vai contra as projeções do Banco

Central para o fechamento das contas externas deste ano. O Banco Central trabalhou com o preço médio de US\$ 16,80 por cento o barril para estimar em US\$ 3,8 bilhões os gastos deste ano com a importação de petróleo bruto. Embora haja contratos de fornecimento a médio prazo, diante do preço atual de US\$ 19 o barril, o acréscimo de 10 por cento no preço médio pago ao longo deste ano significaria redução de US\$ 380 milhões no saldo da balança comercial.

A combinação das altas dos juros e do petróleo pode resultar em impacto de US\$ 900 milhões no déficit em conta-corrente do balanço de pagamentos deste ano, já calculado em US\$ 3,9 bilhões. Para absorver o novo impacto, a projeção de abril do balanço de pagamentos deixou uma provisão de US\$ 746 milhões, correspondente ao superávit previsto nas contas externas globais.